



# BOLETIM Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano I - Nº. 0

## Editorial

Com grande satisfação apresentamos o **Boletim Trabalhadores Rurais e Direitos**. Nosso interesse é criar um canal de comunicação sobre as ações do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos com os camponeses do Semi Árido nordestino, na região do Submédio São Francisco, nos municípios de Alagoas, Bahia e Pernambuco. Pretendemos relatar, especialmente, o trabalho realizado com a juventude camponesa sertaneja. Por isso, o Boletim sempre contará com um encarte chamado Palavra de Jovem Rural – um boletim dentro do boletim.

Sem nos distanciarmos das questões agrárias nacionais, destacaremos notícias sobre os problemas agrários da região do Submédio São Francisco e sobre ações dos movimentos sociais no campo, além de sugestões de leituras e de sítios eletrônicos.

O Boletim terá uma periodicidade bimestral e formato enxuto, com matérias curtas e contarão com a colaboração de voluntários comunicadores. O foco em questões do Semi-Árido e do Submédio São Francisco não diminuirá a relevância de sua leitura para outras regiões do Brasil. Esperamos que o nosso **Boletim Trabalhadores Rurais e Direitos** permita nos manter um diálogo permanente sobre temas e questões que nos são importantes.

Boa Leitura!

## Luta dos atingidos por barragens

Em setembro de 2005, durante a Assembléia Mundial do Jubileu Sul e do Encontro Mundial Sul Norte Resistência e Alternativa às Dívidas, realizados em Havana (Cuba), foi produzida uma declaração de solidariedade aos atingidos por barragens no Brasil. O documento foi assinado por organizações de países da África, Ásia, Caribe, América Latina e do Norte. Leia abaixo a declaração na íntegra.

### **Declaração de solidariedade aos atingidos por barragens do Brasil**

Nós delegados e delegadas de movimentos sociais e de organizações, de mais de 60 países provenientes da África, Ásia, Caribe, Sul, Centro e Norte da América que estamos participando da Assembléia Mundial do Jubileu Sul e do Encontro Mundial Sul Norte Resistência e Alternativa às Dívidas, consideramos, declaramos e exigimos as seguintes ações e manifestamos nosso apoio a luta do Movimento dos Atingidos pelas Barragens- MAB.

**CONSIDERANDO:** que em consequência da construção da barragem de Campos Novos, foram presos e processados 11 agricultores acusados de estar organizando a população atingida para lutar pelos seus direitos. Sendo que esta barragem está sendo construída com recursos de grandes bancos ( BID), e que ela esta a serviço de um modelo energético que beneficia um pequeno grupo de grandes empresas multinacionais principalmente eletrointensivas, que destroem o meio ambiente e a vida das pessoas.

**EXIGIMOS:** o fim dos processos judiciais e

o fim da perseguição e da repressão contra os agricultores atingidos por barragens e contra as lideranças dessas comunidades no Brasil.

**MANIFESTAMOS:** nosso apoio ao MAB e a todos os atingidos por barragens do Brasil em especial aos atingidos pela barragem de Campos Novos no estado de Santa Catarina que nesse momento estão lutando pelos seus direitos e que ocupam o canteiro de obras da usina desde a madrugada do dia 26 de setembro.

**MANIFESTAMOS:** nosso total apoio à luta de todos os atingidos por barragens do Brasil que apesar de sofrer com os problemas sociais e ambientais têm lutado bravamente e enfrentado em seu dia a dia o imperialismo, e combatido o avanço do modelo neoliberal que destrói nosso planeta.

**EXIGIMOS:** que os direitos humanos, sociais e ambientais dos atingidos por barragens no Brasil sejam respeitados.

*Cuba, Cidade de Havana, 27 de setembro de 2005.*

■ **Luta dos atingidos por barragens**

■ **Mobilização do Pólo pressiona Governo Lula**

■ **Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco**

■ **Até setembro apenas 4621 famílias Sem Terra foram assentadas**

■ **ARTIGO**  
**Ações da CPT em defesa da água**

■ **Pré-Conferência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco**

■ **ENTREVISTA**  
**Cultivo de orgânico no semi-árido: uma realidade**

# Mobilização do Pólo pressiona Governo Lula

A mobilização promovida pelo Ato Público em Jatobá (PE), realizado em 14 de setembro pelo Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, (PE/BA) e apoiado por KOINONIA, teve seus primeiros resultados. O documento final do movimento, Manifesto pelos Reassentados e Reassentadas do Sistema Itaparica, assinada por cerca de 150 pessoas, foi entregue a diversas autoridades governamentais durante audiências públicas ocorridas em Brasília, em 28 de novembro.

Os representantes do Pólo reivindicaram a conclusão dos projetos de melhorias na região do Submédio São Francisco ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; e aos repre-

sentantes da Funai, Codevasf (Cia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e ao Incra. As audiências foram promovidas pela CONTAG (Conferência Nacional dos Trabalhadores da Agricultura).

A ministra Dilma Rousseff se comprometeu em organizar uma comissão técnica para avaliar a situação e promover uma reunião entre representantes dos ministérios e do Pólo Sindical. Na reunião com o presidente da CODEVASF, Francisco Guedes, foi reivindicada assistência técnica aos projetos irrigados e a transferência da gestão desses projetos para os reassentados. Já na audiência com o ministro da Justiça, representantes da Funai e do Incra, os trabalhadores do Pólo solicitaram a resolução das dispu-

tas entre indígenas e posseiros na região do Submédio São Francisco.

A luta dos trabalhadores do Pólo é histórica, começou em 1986 quando eles foram obrigados a se deslocarem para agrovilas, já que a área que ocupavam foi coberta, com a inundação do Lago de Itaparica. A partir daí, o Estado prometeu as mesmas condições de vida que a população da região tinha antes do despejo. Segundo representantes do movimento, no início do governo Lula foi firmado um compromisso com a população de que as reivindicações seriam atendidas e os direitos de todos respeitados. Entretanto com o mandato de Lula se aproximando do final quase nenhuma modificação efetiva foi realizada, de acordo com os moradores da região.

## Veja a íntegra do Manifesto pelos Reassentados e Reassentadas do Sistema Itaparica:

### *Reassentados e Reassentadas do Sistema Itaparica cobram os compromissos do governo Lula*

Quase se completam 19 anos de aniversário do histórico acordo de **Seis de dezembro de 1986**. Naquele dia houve uma vitória histórica dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco. Conquistou-se o reassentamento irrigado para mais de 6.000 famílias de trabalhadores e trabalhadoras da Bahia e de Pernambuco, num processo de luta em favor de águas para a vida e não para a morte. A construção da UHE Luiz Gonzaga (Itaparica) sofreu uma mudança. Foi o primeiro projeto financiado pelo Banco Mundial, em todo o mundo, que gerou ao invés de indenizações em dinheiro o reassentamento para as famílias. Foi uma conquista de cidadania. Conquistou-se terra para viver, plantar, produzir e comercializar, com água no sertão. Um projeto de reassentamento irrigado para pequenos produtores, para fortalecer a agricultura familiar nesta região, um novo tipo de Reforma Agrária.

Depois de 19 anos a Companhia Hidroelétrica do São Francisco CHESF, empresa governamental responsável pela conclusão de Itaparica, ainda não realizou as obras necessárias para a implantação do projeto. Mostra, mesmo agora no governo Lula, uma grande lentidão em garantir as conquistas sociais ganhas por meio da luta camponesa no sertão. Como é esta lentidão?

#### 1 – CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS

O governo de Fernando Henrique Cardoso praticou a contra-reforma agrária no sertão. Ele criou o GERPI (Grupo Executivo para Conclusão do Projeto Itaparica), que ao invés de levar a cabo o processo de conclusão também dos **projetos em estudo** (Jusante-Glória:Itacoatiara-Rodelas e Bloco 2 – Petrolândia) usou de artifícios para desestruturar a organização dos trabalhadores e trabalhadoras, instituiu o programa de compensação financeira para evitar a construção dos referidos projetos. Usou propaganda enganosa, convenceu os fracos que aderiram ao projeto, ori-

entados por advogados inescrupulosos que exploraram a esses agricultores. Ainda que o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco tenha informado e criado condições para que os trabalhadores e trabalhadoras não aderissem àquela proposta falsa e perversa.

Mais de mil reassentados e reassentadas aderiram ao programa, na sua maioria dos Municípios de Petrolândia, Itacuruba, Barra do Tarrachil, Rodelas e Glória. Trocou-se, terra por dinheiro. O que ficou desse dinheiro recebido de compensação? Ficou a miséria e o desemprego na região, e conseqüentemente, o aumento da violência.

A terra para os trabalhadores e trabalhadoras rurais é o espaço simbólico e material de realização da vida, não apenas um recurso natural. Este é o motivo pelo qual muitos resistiram, e permaneceram nas agrovilas lutando pelo direito ao reassentamento.

Quando o atual Presidente Lula realizou a Caravana da Cidadania, na sua passagem pelo Município de Glória/BA, se comprometeu com os reassentados e reassentadas, que se um dia eleito, a implantação e conclusão dos Projetos seria uma das suas prioridades.

A eleição do Presidente Lula foi fruto da esperança renovada dos reassentados e reassentadas. Pela primeira vez na história do Brasil foi eleito um governo com compromisso com a classe trabalhadora, e que era conhecedor da realidade dos mesmos. Houve de fato, a decisão do governo em construir os projetos, e autorizou a CHESF a fazê-lo. Muitas reuniões, muitos cronogramas, e hoje decorridos quase três anos de governo, muito pouca coisa existe de concreto no nosso reassentamento. Como está a nossa atual situação?

a) PROJETO JUSANTE – Município de Glória BA – Total de 199 Famílias.

Em 2003 a CHESF afirmou um compromisso com os trabalhadores e trabalhadoras para a implantação do Projeto Jusante. O cronograma da

CHESF previa a conclusão para Outubro de 2007. Porém, nesses dois anos e meio, de concreto foram realizados apenas estudos de pedologia e de captação da água. Nesses últimos dias, fomos informados que foram abertas licitações para compra de materiais elétricos e de irrigação. Uma comparação entre as obras realizadas e o previsto deixa claro que o projeto não será concluído dentro do prazo determinado. Agora a insegurança e o medo voltaram a povoar os corações das trabalhadoras e trabalhadores. Falta pouco para o fim do mandato do Presidente Lula e muito para o término das obras.

b) PROJETO ITACOATIARA – Município de Rodelas-BA – Total de 72 Famílias.

A aflição destas famílias de reassentados é grande. Elas ainda não conseguiram um plano concreto com a Chesf. Até o momento apenas levantamentos pedológicos foram realizados. Estuda-se um modelo alternativo de exploração e uso da terra.

c) BLOCO 02 – Município de Petrolândia – Total de Famílias – 96

O cronograma de conclusão apresentado pela CHESF previa o término das obras para Abril de 2007. Entretanto, no ritmo que vem se dando provavelmente as expectativas serão também frustradas, uma vez que, nem a remoção dos ocupantes da área foi realizada.

#### 2 – PENDÊNCIAS

Nos projetos já implantados como Pedra Branca, municípios de Curaçá e Abaré/BA, Rodelas/BA, Glória/BA, Icó Mandantes e Bloco 01-Petrolândia, Projeto Manga de Baixo- Belém do São Francisco, Projeto Brígida- Orocó, Projeto Fulgêncio (Caraíbas) Santa Maria da Boa Vista/PE, existem muitas pendências, de ordem técnica, tais como, espaçamento de 15x15 do sistema de irrigação implantado na Borda do Lago, drenagem dos lotes, os serviços de operação e manutenção, demo-



ra na troca de lotes irrigados que não servem para o cultivo agrícola, a conclusão das obras previstas nos projetos (estruturas físicas de apoio à produção e comercialização, estradas, cercas dos perímetros, etc). Com, um sério agravante para o Projeto Pedra Branca, que tem suas terras hoje, reivindicadas por uma nação indígena, aumentando assim, a insegurança dos trabalhadores e trabalhadoras. Estas pendências precisam ser resolvidas **urgentemente**, pois implicam em melhor produção, maior durabilidade de equipamentos hidromecânicos e menor custo de água, caminho mais rápido para a viabilidade econômica.

### 3 – GESTÃO DOS PROJETOS

As trabalhadoras e trabalhadores reassentados (as) querem garantir a autonomia conquistada quando conseguiram o reassentamento irrigado. Não pode haver solução jurídica que despreze isto. Itaparica não é igual a outros projetos de irrigação que o Poder Público implantou e colocou os seus Distritos lá para administrar apenas a água. Para nós a produção/comercialização e o manejo da água não são independentes. Para nós interessa um modelo de gestão participativo, democrático com intervenção direta dos reassentados, uma vez que, a conquista do reassentamento tem um significado maior do que a simples posse da terra. Representa, a realização da cidadania de

todos que lutaram pelos direitos de ser livre e viver com dignidade. Queremos manter isto e, conquistar muito mais.

### 4- DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL E CIDADANIA

Em termos potenciais o reassentamento de Itaparica possui quase 20.000 hectares de terras irrigadas, a força de trabalho existente, as histórias de vida de um povo somam-se hoje para compor o maior complexo de reforma agrária, dotado de tecnologia de irrigação. Porém, suas experiências futuras e seus avanços rumo ao desenvolvimento sustentável, estão à mercê de decisões governamentais injustas e contraditórias. O governo através da CHESF tem uma dívida histórica com a região do Submédio São Francisco. Não aceitamos que justamente o governo popular que elegemos quebre este compromisso. Nosso desejo não é inconseqüente e muito menos intransigente. Queremos ver nossos projetos concluídos e em condições de produzir de forma sustentável ecologicamente, viável comercialmente, e que permita integrar o contingente rural no processo da cadeia produtiva alimentar. Para nós nossa conquista é verdadeiramente realização da cidadania.

Jatobá/PE, 14 de setembro de 2005

## Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco

O Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco está realizando um diagnóstico parcial a respeito do funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do Pronaf e Fumac - Projeto Renascer. O objetivo é estimular a homologação de Conselhos pelo CDS-PE em todos os municípios do interior, para facilitar o acesso a Crédito do Pronaf, cujas propostas precisam ser aprovadas por Conselhos Municipais. No Estado, apenas 82 dos quase 180 municípios tem CMDRS homologados pelo CDS-PE. A ASA-PE faz parte de um Comitê que está estudando detalhadamente a questão. Na próxima reunião do CDS-PE, no dia 02/10, o Comitê apresentará um balanço dos CMDRSs. A ASA-PE é representada no CDS-PE por Beth, da AMAS, e Paulo Pedro, do Caatinga, ambos titulares.

Fonte: Site da ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro).

## Até setembro, apenas 4621 famílias Sem Terra foram assentadas

Em novembro de 2003, o governo anunciou o II Plano Nacional de Reforma Agrária que previa o assentamento de 400 mil famílias e dava prioridade às famílias acampadas. Porém, em 2003 apenas 9 mil famílias do MST foram assentadas. Em 2004, foram 11 mil, em 2005 apenas 4621 famílias. No Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rondônia, Maranhão e Santa Catarina nenhuma família foi assentada. A fonte dos dados é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto reconheceu publicamente que o governo assentou no total 117 mil famílias entre 2003 e 2005. O assentamento das 400 mil famílias foi um dos pontos de reivindicação da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizada em maio de 2005. Mais de 12 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais caminharam de Goiânia a Brasília. Na ocasião, o governo afirmou que cumpriria a meta.

Fonte: Notícia publicada no site do MST em 16/11/2005.

## Artigo

### Ações da CPT Em defesa da água

Desde os seus primeiros anos de atuação, a Comissão Pastoral da Terra se preocupa com a questão da água. Os esforços iniciais foram dirigidos a famílias expulsas de suas terras devido à construção de grandes barragens, como Itaparica, no Rio São Francisco, e Itaipu, no Rio Paraná. Na região amazônica, a CPT ajudou os ribeirinhos a enfrentarem a difícil situação da pesca predatória, praticada por grandes empresas. Um importante trabalho de preservação dos rios e lagos foi desenvolvido. O projeto ganhou o reconhecimento público, inclusive do Ibama. Mas foi a partir da Assembléia Nacional, realizada em 1999, que a água começa a ser definida como um dos grandes eixos de ação da CPT. Ela passa a ser vista sob muitos ângulos:

- A seca do nordeste com as diversas alternativas de convivência com o semi-árido e com ações de captação de água de chuva.
- A morte, poluição e assoreamento dos cursos d'água.
- Os projetos de hidrovias, como as do Araguaia/Tocantins e do Pantanal, que alteram profundamente o equilíbrio ecológico destas bacias.
- O esgotamento do lençol freático em muitas regiões devido, sobretudo, à irrigação irracional.
- A construção de centenas de barragens para construção de hidrelétricas que afetam as populações ribeirinhas e o meio ambiente.
- A legislação dos recursos hídricos, com as políticas públicas que sinalizam na direção da privatização destes recursos.

A água foi assumida enquanto linha de trabalho definitivamente pela CPT em seu 1º Congresso, realizado em Bom Jesus da Lapa, BA, em 2001. Uma das decisões foi "propor à CNBB que a água seja tema de uma futura Campanha da Fraternidade". O desejo se concretizou na Campanha de 2004. A CPT acabou sendo uma das principais responsáveis pela elaboração dos textos desta Campanha. Mas, há ainda muito desconhecimento da política sobre a água, sobre os impactos do agronegócio, o drama da água destruída, privatizada no cerrado, a destruição de nascentes, da poluição e desertificação geradas. O desafio para a CPT é popularizar todas estas questões, colocar na agenda do Brasil que a água é um bem público, para todos, não apropriável por interesses econômicos.

Fonte: CPT

# Pré-Conferência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco

A Pré-conferência ocorreu no Centro das Convenções, em Olinda, no período de 22 a 24 de setembro e contou com a participação de aproximadamente mil pessoas, entre representantes do Governo, universidades e sociedade civil (Fetape, CUT, MST, CPT) e Amupe. Foram discutidas questões relacionadas a Recursos Hídricos, Agricultura Familiar, Biodiversidade, Desertificação, Mudanças Climáticas, entre outras. Foram escolhidos delegados que participaram da Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em Brasília de 21 a 24 de novembro. A delegação da sociedade civil de Pernambuco contou com 22 pessoas, entre elas Eraldo José de Souza, do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que estará representando a ASA-PE.

Fonte: Site da ASA (Articulação do Semi-Árido Brasileiro).

## EXPEDIENTE

**Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.**

**Secretário Executivo de KOINONIA**  
Rafael Soares de Oliveira

**Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim**  
Jorge Atilio Silva Lulianelli

**Assistentes de Editoriais**  
Maria Priscila Lisa das Chagas  
Quitéria Maria Silva Ferreira

**Pesquisas**  
Andréa Carvalho de Oliveira

**Redação**  
Manoela Vianna

**Revisão**  
Helena Costa  
Manoela Vianna

**Diagramação e Impressão**  
Editora Fonte Viva

 **KOINONIA**  
Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129  
Glória - Rio de Janeiro/RJ  
Tel: (21) 2224-6713 - Fax: (21) 2221-3016  
trd@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br

## Entrevista

### Cultivo de Orgânico no semi-árido: uma realidade

O cultivo de alimentos orgânicos no Semi-Árido brasileiro já é uma prática na região. A atividade não promete lucros imediatos, mas é um mercado promissor. É o que mostrou Arlindo da Silva, diretor produção da Coopervida - Cooperativa Agropecuária Familiar do Semi-Árido, em uma entrevista concedida ao TRD em 2005, na cidade de Orocó (PE).

**TRD: Como você começou a trabalhar com agricultura orgânica?**

**Arlindo:** Eu sempre tive interesse na agricultura orgânica. Na escola eu já ouvia falar na questão da agricultura orgânica. Porque era uma coisa que a gente ia trabalhar prevendo a saúde humana e também da terra, do solo. No final de 2000 para 2001, através dos cooperados que vieram para cá através do Pólo, nós começamos a fazer alguns cursos de agricultura orgânica aqui no projeto. E fomos criando grupos. Até hoje nós ainda temos um grupo formado de agricultura orgânica. Assim, com aumento da participação, fizemos alguns cursos fora também. Fiz vários cursos: de defesas naturais, de inspetor na área de certificação...

**TRD: Mas você já está trabalhando como certificador?**

**Arlindo:** Não. Eu trabalho aqui como técnico, área convencional mesmo. Mas eu tenho um grupo que eu presto assessoria na área de agricultura orgânica.

**TRD: Quantas pessoas estão na Coopervida? Associadas?**

**Arlindo:** São 32 associados hoje.

**TRD: Todos aqui de Orocó?**

**Arlindo:** Não. A sede é em Juazeiro. E nós temos sócios aqui do Projeto Brígida, do Projeto Fulgêncio, de Pedra Branca, Rodelas e Jatobá.

**TRD: E quantos são os sócios da área de atuação do Pólo?**

**Arlindo:** Cerca de 12.

**TRD: E desses 12, são todos jovens?**

**Arlindo:** Têm jovens e idosos também.

**TRD: E quantos agricultores orgânicos são do Projeto Brígida?**

**Arlindo:** São sete.

**TRD: Você é agricultor orgânico e atua também como técnico dos sete?**

**Arlindo:** É.

**TRD: Você trabalha na Coopervida como técnico agrícola para os outros agricultores?**

**Arlindo:** É, mas é um trabalho meu, de assessoria particular. Não recebo nada por isso.

**TRD: Porque você resolveu fazer esse trabalho voluntário?**

**Arlindo:** Para a gente tentar crescer. Porque só nós, produtores, que temos orientação. Porque eles já participaram de vários cursos, são todos capacitados, mas falta a orientação para poder começar. A gente senta com eles, faz reunião e combina. Sempre melhora os andamentos.

**TRD: E vocês estão conseguindo comercializar?**

**Arlindo:** Veja bem, nós não estamos conseguindo comercializar porque tem um pessoal que tem mais vontade do que trabalho, sabe?

**TRD: Como é isso?**

**Arlindo:** O negócio é que hoje eles ficaram endividados. Fizeram alguns débitos antes de fazer a conversão no programa e ficaram endividados nos bancos, não tendo condição de fazer todos os preparos na hora certa.

**TRD: As pessoas têm uma certa dificuldade de trabalhar, porque se endividaram. Comercializar é mais difícil?**

**Arlindo:** A gente programou fazer uma horta, um trabalho com hortaliça. Aí não teve matéria-prima. E tem a questão da adubação, que é o esterco. Aqui está muito difícil.

**TRD: Vocês conseguem produzir esterco?**

**Arlindo:** Nenhum. O pessoal não cria animais para produzir seu próprio esterco, que é o melhor. Facilita na questão da fertilização. Se o esterco for da sua própria propriedade, a fertilização está resolvida, porque assim você sabe a origem. Sabe que não há resíduos de agroquímicos. Estamos aguardando. Vamos fazer alguns projetos para facilitar a produção.

**TRD: Para aumentar a produção?**

**Arlindo:** É. A Coopervida tem uma barraquinha em Juazeiro. Se o pessoal daqui se programar e tiver mercadoria em quantidade para fazer uma programação daria para a gente escoar para lá. Está se abrindo também uma porta em Recife para o pessoal mandar produtos lá. O negócio é que estão faltando mais produtos e recursos para produzirmos melhor.